A DICOTOMIA *NÓMOS-PHÝSIS* NO *CRÁTILO* DE PLATÃO*

João Francisco Pereira Cabral**

RESUMO: Este trabalho pretende relevar a problemática envolvendo as posições extremistas do diálogo Crátilo de Platão, qual seja, a mútua exclusão entre as teses naturalista e convencionalista da linguagem. Deslindaremos os equívocos envolvendo interpretação tradicional, bem como procuraremos clarear pontos que nos possibilitem visualizar novas formas de interpretar esse problema.

THE NOMOS-PHYSIS DICHOTOMY IN PLATO'S CRATYLUS

PALAVRAS-CHAVES: Linguagem; Formas; Platão.

Abstract: This paper aims to reveal the problematic involving extremist dialogue Cratylus of Plato, namely, the mutual exclusion between the naturalist and conventionalist theories of language. Analyze misconceptions involving traditional interpretation and seek to clarify points that allow us to see new ways of interpreting this problem

KEYWORDS: Language; Forms; Plato.

* Texto escrito originalmente como capítulo de dissertação de mestrado.

** Mestre em Filosofia Antiga pela UNICAMP. Professor da UniRV – email – urano1908@hotmail.

1. Breve histórico da dicotomia.

Estaria o *Crátilo* encerrado nas aporias das teses opostas ou ambas revelariam aspectos da linguagem humana que tornariam possível o conhecimento e a enunciação verdadeira? Se há uma antítese entre as noções de *nómos* e *phýsis* no sec. V a.C., esta antítese sempre existiu ou passou por mudanças ao longo do tempo? E Platão, como concebe esta relação, de modo excludente ou sintético? Rastreando essas noções, podese chegar a algumas distinções, bem como associações mais próximas do que realmente pensava Platão ao escrevê-las.

Em primeiro lugar, podem ser verificados *nómos* e *phýsis* no clima intelectual do séc. V a.C. como mutuamente excludentes. Aquilo que existia por *nómos* não existia por *phýsis*¹. Assim, *phýsis* é entendida como natureza ou totalidade, uma permanente fonte material, bem como a constituição ou o conjunto de características de uma coisa particular ou classe de coisas, ou ainda o "jeito como as coisas são", prevalecendo em ambos a propriedade dos seres tal como são, por direito ou por vontade². Já *nómos* deriva de *nomizetai*, segundo os antigos e quer significar algo em que se crê, que se pratica e que se sustenta ser certo de forma partilhada, pressupondo um sujeito agente³. Tem aspecto dinâmico, dependente de quem pensa, acredita e faz e trata do que é prescritivo e normativo. É a lei, o costume e a convenção⁴.

No entanto, nos primeiros escritores helenos, essas duas noções, nómos e phýsis, não eram incompatíveis. A própria força das leis era algo que estava baseado na natureza. Mais tarde, Aristóteles faria a distinção entre **leis**

¹GUTHRIE, W..K.C. Os sofistas. Trad. João Rezende Costa. São Paulo: Paulus, 1995, p. 57.

²KERFERD, G.B. *O movimento sofista*. Trad. Margarida Oliva. São Paulo: Ed. Loyola, 2003, pp. 189-190.

³ Idem, ibidem, p.190. Também GUTHRIE, op.cit., p. 58

⁴ Id., ibid., 191; GUTHRIE, ibidem, p.58.

particulares, determinadas por um povo em relação a si mesmo (podendo ser estas escritas ou não) e leis comuns que são de acordo com a natureza e, portanto, universais⁵. E é Crátilo quem defende desde o início do diálogo a tese de que há, por natureza (*phýsis*), uma denominação justa para cada um dos seres e o nome não consiste na denominação que alguns empregam conforme uma convenção e sim que existe uma retidão dos nomes. Para Hermógenes, a justeza do nome nada mais é do que acordo e convenção (*synthéké kai homología*). Dessa forma, é instaurada a dicotomia entre as teses e Sócrates é chamado a julgá-las. Mas será que elas são realmente teses contrárias?

Em primeiro lugar, Hermógenes parece entender *nómos* como uso, enquanto Sócrates, claramente entende *nómos* por lei⁶. É precisamente por causa dessa confusão que a tese convencionalista será refutada, pois que *nómos*, como vimos, é uso, mas uso compartilhado, tendo, portanto, força de lei, costume e convenção (*nómos* = éthos), afastando-se de qualquer forma de arbitrariedade absoluta, tal como formulada por Hermógenes⁷. "Ter significado é ser usado com consistência"⁸. Fica evidente que ainda que o indivíduo possa denominar um ser conforme lhe aprouver, esse ato não cumpre as exigências ou o *télos* da fala: o de comunicar e distinguir as coisas uns para os outros⁹, já que o nome não é objeto, mas instrumento e só pode ser definido por sua função¹⁰. Pode-se perceber que Sócrates leva ao extremo

⁵ARISTÓTELES, *Retórica* ,137 b4-11, apud KERFERD, *op.cit.*, p.193.

⁶ GOLDSCHMIDT, V. *Essai sur le Cratyle. Contribution à l'histoire de la pensée de Platon.* 2. ed. Paris: Vrin, 1982, p.61.

⁷ "Pode-se modificar o nome como bem quiser, o nome não pertence a nenhum objeto particular, e assim tanto no indivíduo como na cidade"(Crát., 384 d).

⁸ CROMBIE, I.M. Análisis de las doctrinas de Platon. Vol.2 Madrid: Alianza Editora, p.471.

⁹ GOLDSCHMIDT, *op.cit.* p.49. O próprio Hermógenes reconhecerá isso em 388 c. INSTRUIR E DISTINGUIR.

¹⁰ Idem. ibidem. p. 57.

a tese convencionalista, criticando a noção de arbitrariedade absoluta do signo, em que o indivíduo isolado determina o nome a ser empregado. No entanto, fica em aberto a questão de um modo de convencionalismo moderado, técnico talvez, em que a relatividade do signo possa ser determinada por uma comunidade linguística, ou seja, a lei determina o nome a ser empregado¹¹. A linguagem de Platão é cuidadosa. A crítica ao *relativismo absoluto* é explicitada no confronto com a tese protagoreana do homem-medida¹² e parece dizer mais respeito às suas consequências do que a sua compreensão em si mesma. Não se trata do modo como o sujeito é afetado. O que é frio não vai deixar de ser frio por causa do modo como se percebe. O problema para Platão é o entendimento de que essa tese promova um individualismo exacerbado, determinado pela desvinculação entre o ser e a linguagem¹³ e, assim, não haver nenhum critério com o que regular o *lógos* ou o discurso senão a imaginação individual¹⁴.

Em segundo lugar, se Crátilo entende que os nomes têm um elo natural com os seres, e a natureza é algo carente de ordem, estabilidade e varia com o indivíduo, pois nada mais é que fluxo, ao passo que as leis são universais, a própria noção de identidade fica prejudicada, pois não há como identificar algo com uma natureza mutável. Teria ele realmente compreendido a teoria de Heráclito quando este diz que "todas as leis humanas (em devir)

¹¹ NETO, A.M.R.B. Sobre o Crátilo de Platão. Tese de doutorado, USP, 2011, p. 67.

¹² Cf. CASERTANO. G. Paradigmas da verdade em Platão. Trad. Maria das Graças de G. Pina. Ed. Loyola. São Paulo, 2010, p.135, nota 23, a tradução da frase de Protágoras seria: "De todas as coisas é medida o homem, das que são, como são, das coisas que não são, como não são".
¹³ Como visto acima, o privado por mais livre que seja, depende de uma rede de significações públicas sem as quais ele não teria nem sequer a chance de trocar os rótulos que prega às coisas de forma arbitrária. Cf. JEANNIÈRE, A. Platão. Trad. Lucy Magalhães; revisão técnica Geraldo Frutuoso; consultor Fernando Rodrigues. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1995, p. 57 e ROGUE, Compreender Platão, pp. 21-35.

¹⁴ E por isso a critica à retórica, muitas vezes capaz de falar, persuadir, mas sem conhecer aquilo de que fala. *Cf.* ROGUE, C. *Compreender Platão*. Trad. Jaime A. Clasen. Ed. Vozes Petropolis –RJ, 2005, p.32.

são alimentadas por uma lei divina (absoluta)"? Talvez a confusão de Crátilo seja a mesma de muitos sofistas e das pessoas em geral na Grécia do séc.V a. C.: conceber a realidade a partir do mobilismo universal. Mobilismo este que permitiria uma associação apressada entre o que é apreendido e ao mesmo tempo fugidio. Isso porque segundo Pradeau¹⁵ o termo phýsis era confundido com o termo eidos, já que ambos designavam o aspecto ou configuração de algo, a sua natureza, o que se mostra do ser, sendo, pois, sua característica. Ora, esse modo de pensar o termo natureza ou essência parece mais fixar o sentido do ser do que instalá-lo no perpétuo devir. E Platão poderia ter escrito o diálogo justamente para tentar desfazer essa associação entre natureza, enquanto essência e mobilismo, ao mesmo tempo em que vai construindo a sua própria concepção sobre a relação linguagem e ser. Como observa Pradeau, nos séc. V e IV a.C. o termo eidos é empregado para designar gênero ou espécie de caso ou indivíduo que apresenta caracteres comuns. Eidos torna-se sinônimo de natureza, phýsis e ambos de lógos, entendido como definição 16. Logo no início da seção etimológica, há a tentativa de evidenciar esse vínculo entre natureza e a classificação por eidos (Crát., 393 c) e parece que todo o restante do diálogo visa desfazer esse vínculo ou ao menos reformulá-lo. Parece interessante para ilustrar o problema e vislumbrar uma resposta, o que escreve Goldschmidt no seu prefácio do Essai sur Le Cratyle. Lá ele diz que por ser imanente aos indivíduos, a linguagem se impõe a eles e daí toda crítica dos nomes vindos da convenção acaba servindo para fixar opiniões e perpetuar erros antigos (p.07). Os estudiosos da sofística e da retórica nada mais fizeram do que estudar a linguagem a fim de aperfeiçoar o seu instrumento de ensino (p.14)

¹⁵ PRADEAU, J-F. Les formes et les realités inteligibles. L'usage platonicienne du terme eidos. In: FRONTERROTA, F. EIDOS-IDEA. *Platone, Aristotele et la tradizione platonica.* pp.17 e 18. ¹⁶ *Idem, ibidem,* p.22 grifos meus.

e o diálogo platônico teria sido construído visando combater a linguagem corrente, feita sem técnica, com base no mobilismo e relacionada à afecção (p.15), logo, combater doxa, a partir de um ideal consciente da insuficiência da phýsis, bem como da necessidade da metafísica (p.15).

2. Uma possível origem da tese relativista

Vejamos como deslindar essas questões a partir do modo como Platão parece ter criticado 3 posturas da época.

Em primeiro lugar, a postura que se atribui a Leucipo e Demócrito que teriam levantado a seguinte questão: as sensações existem por natureza ou por convenção? A convenção dependeria da doxa e das impressões (pathési), então a linguagem corrente fixa as opiniões. Tudo o que existe são átomos e vazio. A linguagem é resultante da convenção que serve para propagar opiniões. Logo, por natureza não existiria nenhum nome vinculado a nenhuma sensação que é como se constitui o ser, segundo Demócrito¹⁷. Demócrito ainda poderia ter estabelecido 4 critérios para se entender a questão da convenção como a homonímia (diferentes coisas são chamadas pelo mesmo nome), a polionomia ou polinomia (diferentes nomes designam uma só e mesma coisa), a metátese (que mostrava a ordem intercambiável das palavras, indicando a não naturalidade) e a formação irregular da linguagem (pois pode-se formar um verbo de uma determinada palavra x, mas não de outra y)¹⁸. Esta postura, ainda que diagnosticasse o uso convencional da linguagem, atrelava, sub-repticiamente, o vínculo entre sensação, entendida como particularidade, e os nomes que se pudesse atribuir a elas. No entanto,

¹⁷ GOLDSCMIDT, op.cit., p. 18.

¹⁸ *Idem. ibidem.* p.18 (grifos meus).

essa confusão foi atribuída aos sofistas, em especial Protágoras, como veremos mais a frente.

Em segundo lugar, encontramos a questão da impossibilidade de dizer o falso¹⁹. Ainda que muitos autores atribuam a postura que compreende a não existência do erro ou a impossibilidade de contradizer aos Sofistas. a Parmênides, etc., no Crátilo essa discussão parece visar Antístenes, um discípulo socrático. Essa hipótese só poderá se confirmar, caso se veja a intenção de escrever o diálogo não apenas como resposta ao companheiro do círculo dos íntimos de Sócrates, mas principalmente porque essa resposta é a preparação para a fundamentação ontológica do lógos no Sofista. Isso porque conforme Goldschmidt, p.21, Antístenes foi o primeiro a dar a definição da "definição", entendendo que o lógos, o discurso composto de elementos, consiste em revelar o ser, enquanto que os elementos em si mesmo (stoikheia) não comportam definições, apenas denominação (ónoma). Sabemos que ao final do Teeteto Platão rejeita completamente essa ideia (201d-208c). Conforme Goldschmidt, para Antístenes phýsis = ónoma, diferentemente dos sofistas, pois que parece propor estabilidade (Parmênides?!) entre nome e coisa. "Antístenes crê num lado irracional da linguagem que só se torna racional se ultrapassa os nomes e forma o discurso"20. Diz ainda Goldschmidt sobre Antístenes que este entende que se os interlocutores têm em vista a mesma coisa, eles deveriam enunciar a mesma definição (p.21). Em si mesma, esta tese não encerra um relativismo que dependa do modo de perceber dos interlocutores (o que varia não é a percepção, mas a imaginação quando da

¹⁹ Id. ibid., p.15. Conforme Goldschmidt, Antístenes seria o primeiro Filósofo da Linguagem, já que Demócrito parece não ter se preocupado com a relação pensamento-linguagem, mas apenas em levantar questões com aspectos mais "filológicos". Muitos acreditam, inclusive, que o *Crátilo* foi escrito em resposta a Antístenes, que não era sofista, mas um dos discípulos socráticos.
²⁰ GOLDSCHMIDT, *Essai*, p.21. (grifos meus).

feitura dos juízos?!) e sim a relação destes com o ser, sendo esta última o critério para uniformização dos juízos.

Por último, temos a tradicional referência à tese protagoriana do homem-medida²¹. Temos de um modo geral uma visão crítica de Platão em relação a essa tese, indicando que ela é insustentável e, em consequência disso, auto-destrutiva. Tal interpretação se deve ao modo apressado de associar o "como cada coisa aparece a ti, para ti será, tal como aparece a mim, assim será". Evidentemente não se trata da mutação ou alteração dos seres no momento de sua aparição. Dizer que a mesma coisa que aparece para mim é diferente da que aparece para outro é forcar uma interpretação no mínimo equívoca. A noção de medida que se refere ao sujeito, segundo Protágoras não é, necessariamente, o estabelecimento da dissolução das coisas na subjetividade. Tão pouco parece promover uma desvinculação, por causa mesmo dessa hipotética dissolução, entre ser e linguagem, compreendendo com isso que o rótulo que se dá a um ser é meramente dependente da fantasia do indivíduo (e agui, esta tese se assemelharia a anterior). Basta observar para isso o que Hípias, um dos sofistas, diz no Protágoras sobre lei de natureza e lei humana, essa última entendida como arbitrária²². Ainda que se possa questionar o oportunismo do uso, os sofistas, de um modo geral, parecem saber da distinção entre natureza e convenção. Não. Protágoras parece, antes, pensar numa escolha fundamental, numa valorização que o indivíduo pode dar às coisas e, a partir disso, ter opiniões diferentes sobre as coisas, ou seja, o que torna as opiniões possivelmente relativas não é a coisa, mas **o como** somos afetados por ela. Ora, até aqui,

²¹ Vide mais acima nota 125.

²² PLATÂO. Protágoras – Górgias – Fédão. Trad. Carlos Alberto Nunes, 2. ed. rev. Col. Amazônica, Série Farias Brito. Belém: EDUFPA, 2001, 337 a-d.

Platão parece estar de acordo com Protágoras²³. No entanto, a diferença vai se estabelecer quando se percebe a necessidade de se produzir discursos que se refiram cada vez mais ao ser e não ao modo como nós o percebemos. Essa é a exigência da pergunta socrática ti estin? Justamente por isso, a crítica platônica recupera essa exigência para buscar um critério que regule a retórica, que é o uso discursivo visando a persuasão, pois esta pode se realizar segundo a imposição de pontos de vistas e não pelas noções de entendimento e discernimento. Se o sofista convence alquém, é porque faz sentido para seu interlocutor²⁴. Mas isso não é diferente para o filósofo, o cientista, nem para o teólogo, etc. É por isso também que Platão parece desejar desconstruir a tese protagoreana a todo custo, já que a retoma em várias passagens dos seus diálogos de forma direta ou indireta. Parece querer destruir a imagem de um relativismo exagerado em nome da fundação de um relativismo crítico. O que importa é sempre a opinião do homem, que é livre, mas não é solitário²⁵. "Todo pensamento é uma opinião subjetiva, mas o enunciado dessa opinião se desenrola no contexto de uma convenção coletiva"26. É compreendendo o contexto da democracia ateniense que Jeannière acompanha Platão, para quem não se pode dizer qualquer coisa e de qualquer forma, pois que a enunciação tem como finalidade agir sobre os indivíduos, o que implicaria numa necessidade de se ter critérios para avaliar

²³ Cf. CASERTANO, G. op.cit. p.36. As coisas só nos afetam de forma diferente porque estamos pré-dispostos a isso. Então é o desejo de cada um que nos permite fazer juízos diferentes, não a própria coisa. Veja capítulo sobre excurso.

²⁴ Segundo CASERTANO, *op.cit.*, p. 91-97, o que é inaceitável para Platão é a tentativa, se verdadeira, de Protágoras de construir o conhecimento com base na sensação e não que ela em si promova o engano. Com base na passagem 65 a-65d do *Fédon* ele argumenta que não é os sentidos que nos enganam, mas o contato da alma com os sentidos. Parece, assim, que só a alma, através dos juízos, pode se enganar, não os sentidos.

²⁵ Cf. Jeannière. A, op.cit. p 57.

²⁶ JEANNIÈRE, p.57.

as ações²⁷, e esse critério seria a "apreciação do contexto convencional sob o ângulo do sucesso político"28. Poder-se-ia entender esse sucesso como o fato das convenções técnicas, isto é, leis elaboradas por um nomoteta competente, acabar ou diminuir as contradições sociais relacionadas aos valores adotados, a partir da interpretação dos nomes estabelecidos como normas? Seria uma elaboração definitiva, caso as extinguisse de vez ou uma constante revisão, dada a impossibilidade de identificar nomes e coisas? E essa impossibilidade, marcaria a desistência do processo reflexivo (dialégesthai), que produziria as leis em detrimento da cognição e em prol do utilitarismo vulgar, ou sua consciência permitira regular o *lógos* em outras instâncias que não a do movimento ou repouso, como na prática vinha ocorrendo de forma confusa? Se o Crátilo foi escrito com a intenção de reunir tais discussões para que o seu desenvolvimento ocorresse no Sofista, a última opção seria mais plausível, já que além de nos permitir superar as interpretações engessadas dos diálogos platônicos, ainda evidenciaria que o nome, assim como as silabas e as letras, não são irracionais, mas só podem ser entendidos como partes de um todo, por isso, num contexto maior que é o lógos, este sim, tratado no Sofista.

3. A relação linguagem e conhecimento.

As interpretações ordinárias do *Crátilo* ajudaram a corroborar com uma imagem da filosofia platônica como adepta ao imobilismo parmenidiano, na luta contra o mobilismo heracliteano. Isso porque uma dúvida perfaz muito bem o sentido aporético do diálogo: é preciso ir das palavras às coisas ou, ao contrário, das coisas às palavras? A resposta, base dessa

²⁷ JEANNIÈRE, p. 57 e também Crát, 387 d – 390 e.

²⁸ JEANNIÈRE, p.57.

¹²⁰ Revista E. F.e H. da Antiguidade, Campinas, nº 26, Julho 2009/Junho 2013

imagem, é: das coisas às palavras. Mas seria isso um ponto fundamental, ou dialetizando-o, poderíamos verificar seus equívocos? Refutando o mobilismo e aderindo ao imobilismo no diálogo, implementando a necessidade de uma metalinguística para garantir o fundamento da linguagem, a "Teoria das Ideias" seria preservada e ganharia novos contornos no *Sofista*. No entanto, a aproximação destes dois diálogos não parece ser promovida pelo tratamento dado à linguagem, pura e simplesmente. Já no *Crátilo*, quando fica explícita a questão da impossibilidade de se identificar nome e coisa, sendo o nome uma imitação da coisa²⁹, e essa imitação é realizada segundo o modelo da semelhança-dessemelhança, onde são verificadas as particularidades que diferenciam ao mesmo tempo que o essencial para a aproximação ou semelhança, parece que tudo isso concorda plenamente com a inclusão do movimento e do repouso como partes do Ser e não uma identificação isolada.

Joly em seu *Le renversement platonicienne* lembra da concepção de Festugière sobre o problema da contemplação em Platão, de forma que esta evidenciaria a separação entre a teoria do conhecimento e da linguagem. Segundo Joly, separando a contemplação do movimento dialético que a prepara, teríamos a distinção entre VER e DIZER³⁰. Assim, a teoria metalinguística designada pelo tradição platônica realizava o que entendemos por "as essências escapam ao pensamento discursivo, o fundamento do conhecimento estaria além da linguagem e, portanto, o que era mais conhecível era também o mais indizível, vinculando essa ideia de indizível à ideia de incomensurabilidade e irracionalidade³¹. No entanto, Joly

²⁹ Como no caso do retrato e do original, aqui já parece indicar o episódio do "parricídio" lá no *Sofista.* (*Crát.*, 430 a – 431 c; *Sofista*, 239 a – 240 b).

³⁰ JOLY, H. Le Reversement platonicienne. Lógos, epistéme e polis. 2ª Ed. Paris: VRIN, 1994, p. 97.

³¹ JOLY, *op.cit.*, p. 99.

desconstrói essa noção ao mostrar que ir das palavras às coisas não é uma questão de escolher entre um conhecimento das palavras sem as coisas. como poderia propor a sofística, nem um conhecimento das coisas sem as palavras, tal como vimos acima e que seria o platonismo. Em verdade, essa relação deveria ser feita de modo análogo a da passagem sobre a cópia e o original, no exemplo do retrato (Crát. 430 d-e). Este modo não desprezaria a linguagem, pois esta seria a matéria prima para o início do pensar. Em consequência de sua insuficiência, a linguagem como dianoia ultrapassaria o nível imagético/afetivo para o nível de intelecção/discursividade, nóesis, que seria o fundamento extralinguístico da linguagem. E a volta à dianoia se faz necessário e se justifica porque separar o momento da reflexão com o do juízo é separar o participante do participado, ou seja, a ciência das coisas, das coisas de que se tem ciência³², enquanto que na verdade, formam sempre uma totalidade na relação eidética.

Assim, escolher entre dois modos discursivos que se pretendem verdadeiros, um que prega o mobilismo ou outro o imobilismo, bem como relacionar a cognoscibilidade com o irracional, seria a consequência de uma interpretação que descuida da dinâmica do diálogo como algo fundamental para a filosofia de Platão. Relevar a insuficiência das palavras e submetê-las a uma relação necessária com as coisas para autenticar sua verdade não pode ser apressadamente associado com mero engano e ilusão. As palavras dizem algo. Se Platão separa as palavras e as coisas, é para melhor decidir sobre o vínculo entre elas e estabelecer a verdade que as une indo das coisas as palavras³³. Joly ressalta que é importante procurar outras realidades fora das palavras que nos mostrem, independentemente delas, qual dos tipos de

³² *Idem, ibidem,* pp. 102-104.

³³ Id. Ibid., p. 105.

discursos é verdadeiro, isto é, qual faz aparecer a verdade. É preciso ir do modelo a cópia, das coisas às palavras e priorizar "o verdadeiro" sobre "o que diz a verdade"³⁴. O exemplo do Belo parece elucidar bem essa questão. O Belo é em si, sempre idêntico a si mesmo. Assim, dizer o que é o Belo é mais correto ou justo do que dizer do que ele é Belo ou que coisas são belas. No entanto, essa posição apenas corrobora com a noção de que o momento da essência está separado dos fatos, mas a relação eponímica ocorre no momento da intelecção. Platão não vê a retórica usada pelos sofistas como uma técnica formal, preocupada com a composição dos discursos ou com as regras da eulogia, mas antes com uma empeiria (uma prática, hábitos, costumes, etc.) e visa, por isso mesmo, estabelecer critérios para a boa formação do nome, mas consciente também das dificuldades que isso envolve.

3.1 A linguagem e as formas.

Vimos, assim, que o diálogo termina com a necessidade de um deslocamento, pois que é impossível falar tecnicamente da linguagem. O texto platônico tem por função recusar o campo da física porque nele o problema do *lógos* não pode se resolver nem ao menos se colocar. Ensinanos também que a hipótese ontológica requerida não pode consistir em determinar o ser com um predicado exclusivo indiferenciado – tudo é repouso (e portanto, o discurso é impossível) ou tudo é movimento (porque assim a impossibilidade é a de se fazer um discurso verdadeiro). De que forma então

³⁴ Basta ver a distinção feita entre *philonikia* e *philosophia* no texto de JOLY, *op. cit.*, p. 107 Conforme ele, a *philonikia* refere-re ao modo como a linguagem remete a si mesma e por isso, bastaria falar para se falar a verdade, constatando apenas um uso persuasivo ou retórico. E a *philosophia* em Platão mostraria a necessidade da palavra se remeter a condições extralinguísticas para regular o *lógos*, isto é, dizer de forma verdadeira, fazendo uso da dialética.

os nomes poderiam ser elaborados? De que modo a língua ou as várias línguas se relacionam com as formas? Para compreender essas questões de modo simplificado, podemos acompanhar o que diz Marilúze Ferreira³⁵. Ela entende que Platão usa 4 critérios para compreender a constituição e usos dos nomes segundo a sua função que é a de instruir e distinguir as coisas.

Há, segundo ela, o critério normativo que entende a norma ou a lei como um dos modos de se construir os nomes. O nomoteta disponibiliza os nomes aos usuários que devem reconhecer se foram bem ou mal formados. A formação se daria na adequação entre sons e sílabas que convém a cada objeto. Como vimos, não é dado a cada um atribuir como quiser nomes às coisas, pois por mais que seja possível chamar de cavalo ao que chamamos hoje de homem e vice-versa, de modo que um indivíduo possa empregar o nome que quiser, esse procedimento não cumpre as funções do nome, nem as exigências do télos, do fim que é a comunicação, pois que compromete o valor de verdade, haja vista que o significado ou o sentido da palavra fica prejudicado no entendimento público. A analogia com a lançadeira mostra que a competência para fabricar nomes depende de quem conhece o ser, para que serve e daí poder escolher o material com o qual confeccionar o objeto. Além do mais, como falar é uma ação, não deve ser realizada segundo a vontade subjetiva ou fantasia do indivíduo, mas sim conforme o modo natural e adequado que se deve falar.

O segundo critério é o **metafísico** que visa estabelecer uma relação eponímica entre nome e coisa. Aqui já percebemos a distância que Platão vai tomar da tese essencialista. Ao procurar nos poetas (Homero, especialmente) a origem dos nomes que os gregos herdaram, percebe que há uma distinção

³⁵ ANDRADE e SILVA, M.F. *Pensamento e linguagem:* Platão, Aristóteles e a visão contemporânea da teoria tradicional da proposição. Rio de Janeiro: Pós-Moderno, 2002. Iremos resumir aqui a visão desta autora sobre esses 4 critério que estão nas pp. 38-44.

entre os nomes que dão os deuses às coisas e os nomes que os humanos dão aos seres. Isso porque os primeiros devem aplicar os nomes com acerto e precisão, já que conhecem a coisa em si. Ao homem, conforme sua visão e seus modos falhos de elaborar nomes, cabe julgar o nome sempre de forma não exata. É assim que, por exemplo, *HECTOR* e *ASTIANACTE* são nomes de reis ou chefes ou governantes, assim como *TEÓFILO* só pode ser o amigo do deus, pois que sua formação cumpre as exigências do significado, ainda que sejam por letras diferentes. Isso mostra que a relação eponímica permite a relação sinonímica, ou seja, nomes com caracteres diferentes significarem a mesma coisa, pois que o importante é a fixação do sentido ou significado. Vale observar que Platão está usando a mitologia para recuperar o modo antigo de se denominar porque será importante mais a frente criticar a sua insuficiência, ainda que esse método recupere as palavras primitivas, como veremos a seguir.

O terceiro critério é o **etimológico** que visa compreender a formação das palavras que são derivadas a partir das primitivas. Aqui é verificado que os vários nomes elaborados pelos antigos levam em conta uma condição comum, qual seja a de que eles entendiam que as coisas estão em movimento e por isso usam este critério para elaborar os nomes. No entanto, como será criticado na segunda parte da pesquisa etimológica na conversa com Crátilo, se pensássemos que as coisas em verdade estão em repouso, os nomes seriam os mesmos e o que mudaria era a forma de entendê-los ou a fabricação do nome sofreria alterações justamente porque o processo de eulogia trata na verdade de um misto entre movimento e repouso? A palavra *SKLÊROTÊR* não é o exemplo de que, independente de se adotar o movimento ou o repouso na fabricação dos nomes, ela possui, de fato, as duas condições, já que significa uma coisa e tem letras que implicaria

no seu contrário? Ou seja, foi elaborada visando atender algumas exigências, como o uso de letras que indicariam sua qualidade que é a aspereza, ainda que o L signifique o que é liso, e o sentido tenha se fixado assim mesmo? A etimologia parece, assim, apenas remeter à formação antiga para podermos compreender o último critério que ajudaria a decidir se os nomes foram ou não feitos de forma satisfatória. Ela ainda não é a base da verdadeira relação entre nomes e coisas, como pretendiam alguns nem é fantasiosa, já que remete às origens e isso permite rastrear a verdade das coisas a partir do próximo critério.

Este último é o critério **fonético** porque trata da relação entre a divisão das palavras primitivas em sílabas e destas em letras. O estudo do valor das letras seria o critério para a formação das palavras, o mais aproximativo do real/ideal. As letras imitam qualidades dos objetos, logo o nome seria uma imitação exata das coisas. No entanto, a imitação por si mesma não é uma identidade, mas sim uma relação de semelhança em que as qualidades essenciais bastariam para representar a coisa e não que ela reproduzisse todas as qualidades (exemplo do clone e a relação modelocópia). E também por isso, os nomes podem ter letras que não fazem parte da constituição da coisa, mas, depois de fixado o sentido, torna-se suficiente para sua compreensão.

É assim que a autora define que em Platão a exatidão dos nomes

vem a ser uma convenção a partir do momento em que as letras semelhantes e dessemelhantes resultam igualmente expressivas. Mas uma vez admitido pelo uso e convenção, não se pode mudar o nome dos objetos segundo a opinião dos usuários (p.43).

Ora, isso nos permitiria pensar que há, no fundo, uma síntese entre as posições convencionalista (relativismo) e naturalista (essencialismo) que seria entendida como uma espécie de convencionalismo técnico (lei de natureza), já que a formação dos nomes abarcaria os dois critérios, agora dialetizados. O espontâneo da tradição cede lugar, não de forma abrupta ou como uma ruptura radical, mas contínua, à reflexão que justificará a correta aplicação dos nomes, que pode ser entendida, como uma constante correção que depende do uso, já que este verificaria se os nomes foram bem ou mal formados, isto é, evidenciaria suas contradições, mas somente dentro de um contexto linguístico. O nomoteta observa o que é a natureza do nome, molda-o conforme as exigências da mímesis e da função e impõe a lei. Mas esta lei, é a correção constante dos erros antigos, por isso, a adoção dos 4 critérios visa a constante retomada dos nomes, dos valores, evidenciando o trajeto, o trânsito entre nomes e coisas na busca do sentido exato, ideal, ainda que haja dificuldades e até mesmo a impossibilidade disso ocorrer. A oposição entre nómos e phýsis acabou por absorver e veicular antinomias devido à compreensão sobre o fato, oposto à infinita disponibilidade da palavra.

Referências bibliográficas

- ANDRADRE E SILVA. M.F. *Pensamento e Linguagem*. Ed. PósModerno. Rio de Janeiro, 2002.
- CASERTANO. G. *Paradigmas da verdade em Platão*. Trad. Maria das Graças de G. Pina. Ed. Loyola. São Paulo, 2010.
- CROMBIE, I.M. *Análisis de las doctrinas de Platon*. Vol. 2. Madrid: Alianza Ed, 1963.
- FRONTERROTA, F. *EIDOS-IDEA*. *Platone*, *Aristotele et la tradizione platonica*. Paris: VRIN, 2001.
- GOLDSCHMIDT, V. Essai sur le Cratyle. Contribution à l'histoire de la pensée de Platon. 2. ed. Paris: Vrin, 1982.
- GUTHRIE, W. K. C. *Os sofistas*. Trad. João Rezende Costa e revisão de H. Dalbosco e Maurício Nascimento. São Paulo: Paulus, 1995, cap. IV, p.57-126.
- JEANNIÈRE, A. *Platão*. Trad. Lucy Magalhães; revisão técnica Geraldo Frutuoso; consultor Fernando Rodrigues. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1995.
- JOLY, Henri. *Le renversement platonicien. Lógos, epistème, pólis.* Paris: Vrin, 1994.
- KERFERD, G.B. *O movimento sofista*. Trad. Margarida Oliva. São Paulo: Ed. Loyola, 2003, pp. 189-221.
- NETO, A.M.R.B. Sobre o Crátilo de Platão. Tese de doutorado, USP, 2011.
- PLATÃO. *Protágoras Górgias Fédão.* Trad. Carlos Alberto Nunes, 2. ed. rev. Col. Amazônica, Série Farias Brito. Belém: EDUFPA, 2001.
- 128 Revista E. F.e H. da Antiguidade, Campinas, nº 26, Julho 2009/Junho 2013

_____. *Teeteto-Crátilo*. Trad. Carlos Alberto Nunes, 2. ed. rev. Col. Amazônica, Série Farias Brito. Belém: EDUFPA, 2001.

ROGUE, C. *Compreender Platão*. Trad. Jaime A. Clasen. Ed. Vozes Petropolis –RJ, 2005.